

Correio do Papagaio

Veículo de integração regional | 24 Anos de Seriedade e Compromisso

Circulação Diária

Diretor Presidente: Márcio Muniz Fernandes

jornalcp@correiodopapagaio.com.br

ANO XXIV - Nº 1039 - R\$ 2,00

São Lourenço, Terça-feira, 10 de outubro de 2017

Telefax: 35 3332-1008

Mosteiro Budista será instalado em São Lourenço

Compra do terreno foi finalizada no início deste mês

Após muita demora e burocracia, foi efetuada a compra do terreno em São Lourenço para a construção de um Mosteiro Suddhāvāri.

O preço acordado foi de R\$ 400.000,00 por 26 hectares, por sua grande área o terreno irá viabilizar o reflorestamento. No terreno há três minas d'água muito pura e a característica do relevo é um vale em forma de "U" possuindo uma única entrada, o que garante segurança, tranquilidade e silêncio.

O local escolhido é de acesso fácil, mesmo para aqueles que não possuam condução própria.



página 3

Construção de Faixas elevadas para pedestres em São Lourenço

Segundo a Secretaria de Infraestrutura Urbana, desde de Setembro está sendo realizada a construção de novas faixas elevadas em vários pontos específicos da cidade.

A SLTrans, desde o início do ano, já havia verificado a necessidade destas faixas em prol da segurança do pedestres, contudo, devido ao processo licitatório para a compra de materiais, a obra está sendo concretizada neste semestre.

A SLTrans está fornecendo cerca de 700 metros de paíver - bloco de concreto para pavimentação - para colaborar com a equipe de obras, que vem fornecendo o material e a mão de obra.

Até o momento já foram

construídas três travessias:

- Av. Damião Junqueira de Souza, em frente à Delegacia de Polícia Civil,
- Rua Dr. Melo Viana, próximo ao Colégio Imaculado Coração de Maria
- Av. Comendador Costa, próximo ao Calçadão.

Ainda faltam mais duas travessias elevadas na rua Cel. José Justino, próximo ao banco Santander, e na rua Dr. Olavo Gomes Pinto.

Além das elevadas, novas faixas de pedestres comuns serão feitas nas Av. Comendador Costa, Rua dos Andradas, Dr. Melo Viana, Ribeiro da Luz e no cruzamento da rua Dr. Olavo Gomes Pinto com a Rua Antônio Junqueira de Souza.

Comemoração do Dia das crianças na Praça Brasil em São Lourenço

Cidade irá receber ações culturais e recreativas durante dois dias

Na próxima quinta-feira, dia 12 de outubro, o país celebra o Dia das Crianças, data que celebra os direitos das crianças e adolescentes, ajudando a conscientizar as pessoas (os pais, em especial) sobre os cuidados necessários durante esta fase da vida.

Tradicionalmente, no Dia das Crianças os adultos costumam oferecer presentes ou proporcionar atividades especiais e de entretenimento para os mais

jovens.

Para celebrar este dia em São Lourenço o Grupo Flor de Luz irá promover, nos dias 12 e 13, diversas atividades culturais para os pequenos. As ações acontecerão das 15h às 17h na quinta e na sexta-feira.

Serão ofertadas oficinas educativas de mandalas, malabares e reciclagem, além de concurso de dança, espetáculos de palhaçaria, pintura facial, entre outras.



chamadas

Nova lei para entrada de estudante no cinema de São Lourenço

página 3

Caxambu recebe VIII Seminário de Reservas Privadas de Minas Gerais

página 3

ENEM 2017: confira 7 dicas para a reta final

página 4

Ibracon - inscrições abertas para prêmio universitário

página 4

Correio do Papagaio
Veículo de integração regional | 24 Anos de Seriedade e Compromisso

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA
Receba semanalmente, em sua casa, nossas três edições diárias, às terças, quintas e sábados, ou compre nas bancas

35-3332-1008
E-mail: assinatura@correiodopapagaio.com.br

Colégio Integra

MATRÍCULAS ABERTAS para o segundo semestre

Educação Infantil a partir de 1 ano

Aqui seu filho se diverte aprendendo

35 3331-1308
Av. Antônio Junqueira de Souza, 170 Centro - São Lourenço

f/colégiointegra

Cia das Telas
Alambrados e telas onduladas

35 98823-4713 (oi)
35 99831-4713 (vivo)

www.ciadastelas.com

Rua Rui Barbosa, 81 - Carioca - São Lourenço-MG

AudioSonic
Equipamentos Médicos de alta tecnologia

Você não escuta?
Escuta mas não compreende?
Procure-nos!

- Aparelhos Auditivos
- Baterias
- Acessórios

Atendemos em domicílio com Fonoaudiólogo em São Lourenço e Região

Rua Cel. José Justino, 688 - sala 14 - Centro Shopping Bavária - São Lourenço - MG
Tel.: 0800 200 54 78 / (35) 3339-2350

Alvorada
Pneus

Alinhamento - Balanceamento - Suspensão
Freio - Embreagem - Troca de óleo

Telefax: (35) 3332-2107
Rua. XV de Novembro, 125 - Centro - São Lourenço - MG

VITRINE DA DANÇA DEISE DUTRA

Cursos: Baby Class, Ballet, Sapateado, Ballet Fitness, Jazz, Teatro, Dança de Salão e Ginástica Rítmica.

São Lourenço - MG - Cep: 37.470-000
Rua Dr. Melo Viana, 94 sala 2
Tel.: (35) 3332-2768 | (35) 98837-2768

Vitrine de Dança Deise Dutra

HERBALIFE
Distribuidor Independente

Produtos para Nutrição Interna e Externa

Seja você um Distribuidor Independente da Herbalife em sua cidade

Informações: 35 - 9 9965-4038 / 9 8411-9975

Boletos de menos de R\$ 2 mil só poderão ser pagos em qualquer banco em 2018

A regra que permite boletos vencidos com valores abaixo de R\$ 2 mil serem pagos em qualquer banco passará a valer só a partir de 2018. A Nova Plataforma de Cobrança, criada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pelas instituições financeiras, está em operação desde julho, quando passou a processar boletos acima de R\$ 50 mil. Em setembro, foram incorporados todos os pagamentos iguais ou superiores a R\$ 2 mil.

Pelo cronograma divulgado anteriormente, a partir desta segunda-feira, 9, a regra passará a valer para os boletos de R\$ 500 ou mais. Em novembro seria a vez dos boletos a partir de R\$ 200 e, a partir de 11 de dezembro, boletos vencidos de todos os valores passariam a ser aceitos em qualquer banco. Por enquanto a regra só vale

para valores iguais ou superiores a R\$ 2 mil.

Segundo a Febraban, o calendário, que está sendo feito de forma escalonada, foi revisto em função do volume elevado de documentos que irão trafegar pelo novo sistema - cerca de 4 bilhões de boletos por ano.

A nova plataforma de cobrança permitirá a identificação do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do pagador, o que facilitará o rastreamento de pagamentos.

Ao quitar o boleto, o próprio sistema verificará as informações. Se os dados do boleto coincidirem com os da plataforma, a operação é validada. Caso haja divergência nas informações, o pagamento só poderá ser feito no banco de origem da operação. Fonte: Estadão Conteúdo

Biometria detecta 25 mil títulos de eleitor duplicados

Após o cadastramento biométrico de cerca de 64 milhões de eleitores para a votação por meio de impressões digitais, a Justiça Eleitoral encontrou aproximadamente 25 mil registros de título de eleitor duplicados ou múltiplos, segundo Giuseppe Dutra Janino, secretário da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "No momento de confrontar as digitais, se percebe que é a mesma pessoa. Muitas vezes, é evidente a intenção de fraude, da falsidade ideológica", afirmou Janino à reportagem.

Segundo o responsável pela secretaria, uma única pessoa foi encontrada com 52 títulos de eleitor. "Ele tinha 52 títulos de eleitor, logo 52 identidades, 52 CPFs. Se tem 52 CPFs, poderia retirar 52 benefícios do governo como o Bolsa Família ou o INSS". O cadastramento de biometria, diz, tem ajudado a encontrar fraudes no sistema documental do País. "Isso mostra a fragilidade documental brasileira e faz um saneamento na identificação, retirando esses cidadãos das práticas criminosas".

O número de eleitores com a biometria cadastrada, até o momento, representa 44% das mais de 146 milhões de pessoas aptas a votar, e o objetivo é alcançar cerca de 80 milhões até o ano que vem. O cadastramento, porém, ainda não é obrigatório em todos os municípios.

Objetivo

Segundo o TSE, a identificação biométrica é necessária para garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral. "Não há duas digitais no mundo. Evita-se, assim, a possibilidade de uma pessoa se passar por outra no momento da votação", disse Janino.

O cadastramento de biometria começou em 2008, em

um projeto piloto em três municípios do Brasil que, juntos, tinham mais de 40 mil eleitores: Colorado do Oeste (RO), São João Batista (SC) e Fátima do Sul (MS). A Justiça Eleitoral estima que até 2022 todos os eleitores já tenham cadastramento biométrico, porém o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, disse que isso seria possível até 2020.

Correções

Nas últimas eleições, alguns eleitores não tiveram suas digitais reconhecidas e enfrentaram problemas para votar usando a biometria, o que acabou gerando filas e reclamações. Segundo Janino, o percentual de não reconhecimento de digitais girou entre 8% e 10% em 2016, ano em que 46 milhões de eleitores possuíam biometria.

Ele diz que a Justiça Eleitoral "aprendeu com as experiências anteriores" e atribuiu o problema, principalmente, a erro no procedimento - quando o mesário não colocava o dedo corretamente no leitor biométrico - e falhas nos equipamentos. "Pode ter sido erro no cadastro, mas isso é excepcional", diz o secretário.

Situação Por Estado

Apenas Alagoas, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal praticamente finalizaram o processo de recadastramento biométrico, com a coleta das digitais de mais de 99% de seus eleitores. Os dados são do dia 8 de outubro de 2017.

Segundo o TSE, Rio de Janeiro (10,88%), Minas Gerais (16,73%) e Mato Grosso do Sul (19,48%) são os três estados com o menor índice de recadastramento biométrico entre os eleitores. Nas capitais Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o processo ainda é ordinário, ou seja, não é obrigatório.

São Paulo é o quarto estado com o menor índice de recadastramento, com 28,08%. Na capital, onde há 8,89 milhões de eleitores e o processo ainda não é obrigatório, 35% já fizeram seu registro biométrico. Fonte: Estadão Conteúdo

São Paulo é o quarto estado com o menor índice de recadastramento, com 28,08%. Na capital, onde há 8,89 milhões de eleitores e o processo ainda não é obrigatório, 35% já fizeram seu registro biométrico. Fonte: Estadão Conteúdo

As associações de magistrados e o aprimoramento da Justiça

*Por João Baptista Herkenhoff

A AMAGES foi das primeiras associações de magistrados criadas no Brasil. Serviu de exemplo e modelo para associações semelhantes em todo o território nacional.

Ocorreu no Espírito Santo, por iniciativa da AMAGES, o primeiro congresso nacional de magistrados.

Se a AMAGES fosse uma instituição circunscrita aos integrantes da magistratura, fechada na defesa da classe, este artigo deveria ser inserido apenas na revista editada pela associação.

Entretanto, a realidade não é esta. A AMAGES contribuiu, de maneira significativa, para o aprimoramento da Justiça capixaba, especialmente através de cursos de preparação para ingresso na magistratura, cursos de reciclagem de magistrados e congressos voltados para o debate de temas de grande importância e atualidade. Foi sempre preocupação da AMAGES a democratização do Poder Judiciário e a construção de uma Justiça a serviço do povo.

Não se poderá escrever a História da Justiça do Espírito Santo omitindo-se a participação da AMAGES nessa História.

AAMAGES inspirou outras associações de magistrados criadas em todo o território nacional. Essas associações, seguindo o exemplo da entidade mater, também atuaram no sentido do aprimoramento do Judiciário de cada Estado da Federação. Como consequência, as associações de

magistrados, como um bloco, exerceram papel decisivo no avanço da Justiça brasileira.

Neste momento de Brasil, em que se trava uma grande discussão sobre o futuro do país, tem sido colocada em pauta a necessidade de contarmos com uma Justiça mais ágil.

Temos de nos livrar do anátema de Monteiro Lobato: "move-se a traquitana da Justiça". Lobato fez o Curso de Direito mas não se interessou pelo mundo das leis.

Meu ingresso na magistratura, em 1966, coincidiu com a fundação da AMAGES, o que me possibilitou participar de sua implantação. Não sou assim um estrangeiro no ninho mas alguém que viveu os primeiros sonhos da instituição.

Sou hoje um Juiz aposentado. Não tenho de comparar ao fórum, não levo pilhas de processos para casa, não recebo jurisdicionados em minha residência. Desfruto do ócio sem culpa, a que se referiu o pedagogo tcheco Comenius: "No ócio, paramos para pensar. Paramos externamente para correr no labirinto do autoconhecimento. Não se trata de perder o tempo, mas de penetrar no tempo para mergulhar no essencial."

João Baptista Herkenhoff é magistrado aposentado (ES), palestrante e escritor. Tem proferido palestras e ministrado Cursos de Hermenêutica Jurídica e de Direitos Humanos, de curta duração, no Espírito Santo e fora do Estado.

E-mail: jpbherkenhoff@gmail.com

Site: www.palestrantededireito.com.br

Prefeitura Municipal de Andrelândia

PROCESSO 180/2017 – PRE-GÃO PRESENCIAL 083/2017

Aviso de Licitação - Registro de Preço para futuras e eventuais contratações de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, exceto item 111, para eventuais e futuras aquisições de medicamentos e materiais de consumo com registro e sem registro, para serem utilizados no Hospital Municipal, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Andrelândia, conforme condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. Entrega de Envelopes e Sessão Pública dia 25/10/2017, com início às 08:00 horas. Informações licitacao3@andrelandia.mg.gov.br ou Tel.: (035) 3325-1432. Pregoeira: Anna C. Zillmann - MG, 09/10/2017.

Aviso de Licitação
PROCESSO 181/2017 – PRE-GÃO PRESENCIAL 084/2017

Objeto: Registro de Preço para futuras e eventuais contratações de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas para prestações de serviços de desinsetização, descupinização, desratização e serviços sinantrópicos nos prédios da Prefeitura de Andrelândia - MG, conforme condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II. Entrega de Envelopes e Sessão Pública dia 26/10/2017, com início às 14:00 horas. Informações Tel.: (035) 3325-1432. Pregoeira: Anna C. Zillmann - MG, 09/10/2017.

Prefeitura Municipal de Dom Viçoso

EXTRATO
Processo n.º: 049 / 2017

Modalidade: Inexigibilidade n.º 017 / 2017

Objeto: Credenciamento de Empresa para Prestação de Serviços Laboratoriais de Análises Clínicas Conforme Tabela SUS. Empresa Classificada:

Diagnóstica Ltda., CNPJ nº 26.001.891/0001-94.

Prazo Recursal: 02 (dois) dias úteis.

Dom Viçoso, 09 de Outubro de 2017.

CPL: Luiz Antônio da Silva, Golias Gomes, Sebastião Márcio Marques

MEC libera mais R\$ 1,2 bi para universidades e institutos federais e garante 100% do custeio da Assistência Estudantil para 2017

O ministro da Educação, Mendonça Filho, autorizou nesta quinta-feira, 5, a liberação de mais R\$ 1,2 bilhão para as universidades e institutos federais em todo o país. O valor corresponde ao repasse financeiro para as instituições federais, a 100% da assistência estudantil, ao aumento de 5 pontos percentuais no limite de empenho do orçamento para custeio e 10 pontos percentuais para investimento. Dessa forma, o limite para empenho liberado de custeio aumenta de 80% para 85% e de investimento de 50% para 60%. "Estamos cumprindo rigorosamente o nosso compromisso assumido com os reitores, garantindo os recursos para custeio, investimento, retomada de obras paralisadas e a assistência estudantil", afirmou o ministro.

Do valor liberado hoje, R\$ 577,52 milhões são referentes a recursos financeiros discricionários e R\$ 438,8 milhões a mais uma liberação

extra de limite para empenho, equivalente a mais 5 pontos percentuais para custeio e a mais 10 pontos percentuais para investimento em cada uma das instituições federais. Ao todo, as universidades federais receberão R\$ 925,12 milhões e os institutos federais serão contemplados com R\$ 366,3 milhões. Para a assistência estudantil, o MEC liberou hoje R\$ 275,1 milhões de limite para empenho, sendo R\$ 190,2 milhões para as universidades e R\$ 84,9 mi para os institutos. "Com a liberação de 100% do limite para empenho e assistência estudantil, garantimos a tranquilidade dos estudantes da rede federal de ensino superior beneficiados pelo programa", completou Mendonça Filho.

Do valor liberado hoje, as universidades federais serão contempladas com R\$ 413,32 milhões em recursos financeiros discricionários, o que corresponde a 100% do valor

liquidado até o momento por elas, e R\$ 511,8 milhões de orçamento extra, sendo R\$ 397,6 milhões para custeio e R\$ 114,2 milhões para investimento. O montante liberado de limite para empenho das universidades apenas este ano corresponderá, portanto, a R\$ 5,707 bilhões, sendo R\$ 4,943 bilhões de custeio e R\$ 763,79 milhões de investimento (já considerados os R\$ 544,9 milhões de receitas próprias).

Já os institutos federais serão contemplados com R\$ 164,2 milhões de recursos financeiros discricionários e R\$ 202,1 milhões a mais de limite para empenho. Este último corresponde a R\$ 174,2 milhões para custeio e R\$ 27,9 milhões para investimento. O limite para empenho liberado para os institutos apenas este ano corresponderá, portanto, a R\$ 2,16 bilhões, sendo R\$ 1,983 bilhões de custeio e R\$ 176,31 milhões de investimento (já considerados os R\$ 49,2 milhões de receitas próprias).

Opinião

Alfarrábios práticos do cárcere

*Wagner Dias Ferreira

O advogado iniciante, muitas vezes ainda influenciado pelo sentimento academicista, poderia chegar ao trabalho prático com certo preconceito de uma delegacia de polícia; realidade do trabalho pouco referida nos bancos de escola. É bem certo que em nosso país este espaço privilegiado para se definir o destino de um ser humano sofre enorme preconceito por parte dos profissionais. Ora por desconhecimento, que seria superado pelo contato mais frequente, ora por medo mesmo. Apesar de muitos dizerem que advocacia não é profissão de covardes, o medo é um sentimento que pre cisa ser constantemente enfrentado no dia-a-dia do advogado.

Eis que por todo o período da ditadura militar era comum que o espaço da delegacia de polícia fosse o mesmo da cadeia pública.

Em Belo Horizonte, a Delegacia de Furtos e Roubos na rua Uberaba e o Departamento de Investigações na Lagoinha, mais conhecido como "Depósito de Presos", foram exemplos típicos, tendo marcado, de forma muito negativa, toda uma geração a divulgação da chamada "Ciranda da Morte". E até bem pouco tempo ainda era possível visitar e falar com presos nas dependências destes estabelecimentos, agora, desativados.

Eu já tive oportunidade de em ambos os lugares quando o dia estava agitado, para facilitar e agilizar o trabalho, de promover conversas com presos nas grades da cela, onde também foi colhida a procuração, ali mesmo em pé na grade, o que permitia uma visão muito singular do ambiente carcerário. Ambientes que também

tive possibilidade de visitar como agente de Direitos Humanos numa perspectiva diferente do advogado criminal.

Sempre atento ao ensinamento do colega Adilson Rocha, que presidiu a Comissão de Assuntos Carcerários da OABMG, ao dizer em uma palestra que o importante é resolver o problema do cliente.

Outra boa oportunidade impar de desmistificar a realidade do cárcere é a participação como advogado em julgamentos realizados pelos Conselhos de Disciplina das Unidades Prisionais. Tem-se sempre uma sensação de que a presença do profissional do direito externo ao estabelecimento, acolhidas ou não suas teses, traz um novo ar ao exame dos cotidianos daqueles profissionais.

Hoje a evolução chegou e se assentou no sistema. Ao menos na região metropolitana de BH o espaço das delegacias está separado das unidades prisionais e praticamente em todos os presídios há um belo e confortável parlatório, alguns munidos de TV, geladeira, banheiros privativos e até computador com um receptionista que auxilia o advogado na sua chegada.

Mudanças para melhor que não tiram a primazia de compreender a partir deste universo singular as mazelas da humanidade. Seja parando e pensando nos atos bárbaros praticados pelas pessoas que ali palmilham, seja pela ótica do tratamento que a sociedade delega a este ambiente, muitas vezes sem refletir que não cuidar ou desconhecê-lo pode reproduzir suas mazelas ao invés de prevenir e evitar.

*Wagner Dias Ferreira é Advogado e Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG

Correio do Papagaio
Veículo de integração regional | 24 Anos de Seriedade e Compromisso

O Jornal Correio do Papagaio é uma publicação de:
JCP Edições de Jornais e Eventos Ltda - CNPJ: 11.458.016/0001-69
R. Ledo, 250 - Centro - São Lourenço-MG - Cep 34740-000

Diretor-Presidente Márcio Muniz Fernandes	Tiragem Semanal Edição Colorida 5.000 a 8.000 Edição P&B 1.000
Jornalista Júlio Simões - MTb 13.144/58/77	Impressão Edição Colorida O Tempo Serviços Gráficos 31-2101.3807
Redação Marina Ibbá Claudiane Landim Mayara Soares - Simone Leite	Edição PB Gráfica Novo Mundo 35-3339.3333
Diagramação Márcio Muniz e Marina Ibbá	

O Jornal Correio do Papagaio é filiado ao **SINDIJORI** - Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais.

É expressamente proibida a reprodução integral ou parcial de quaisquer textos aqui publicados sem prévia autorização do Jornal Correio do Papagaio.

A Diretoria não se responsabiliza por conceitos, opiniões e pela coerência das matérias assinadas, que ficam então sob inteira responsabilidade de seus autores.

Circulação em 33 cidades do Sul de Minas
Aiuruoca, Alagoa, Andrelândia, Arantina, Baependi, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Campanha, Carmo de Minas, Carvalhos, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cristina, Cruzília, Dom Viçoso, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Liberdade, Lambari, Minduri, Olimpo Noronha, Passa Quatro, Passa Vinte, Pouso Alto, Santa Rita de Jacutinga, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Vicente de Minas, Seritinga, Serranos, Soledade de Minas e Virgínia.

Telefones: (35) 3332-1008 / 3331-6899 / 98895-6899
E-mail: jornalcp@correiodopapagaio.com.br
Portal: www.correiodopapagaio.com.br

Mosteiro Budista em São Lourenço

Compra do terreno foi efetuada no início do mês

Após muita demora e burocracia, foi efetuada a compra do terreno em São Lourenço – oficialmente no município de Soledade de Minas, só que mais próximo da cidade de São Lourenço, cerca de dois quilômetros do asfalto, para a construção de um Mosteiro Suddhāvāri - Budismo Theravada, Tradição da Floresta.

O preço acordado foi de R\$ 400.000,00 por 26 hectares, por sua grande área o terreno irá viabilizar o reflorestamento. No terreno há três minas d'água muito pura e a característica do relevo é um vale em forma de "U" possuindo uma única entrada, o que garante segurança, tranquilidade e silêncio.

Da rodoviária é possível ir de táxi/mototáxi ou pegar o circular "Ramon – Rodoviária", descer no ponto final e ir andando até o terreno – uns 30 minutos de caminhada, ou seja, local de acesso fácil, para mesmo aqueles que não possuem condução própria.

Segunda etapa: a construção

Assinado o contrato de venda, começa o processo de construção, e do montante total arrecadado, após a compra do terreno, sobraram cerca de R\$ 100.000, que será suficiente para construir um sistema inicial de abastecimento de água, uma oficina/depósito e um salão de meditação. Assim que possível esse trabalho será iniciado. Como Ajahn Mudito, monge que mora temporariamente no local, estará



Fotos: Divulgação/Mosteiro

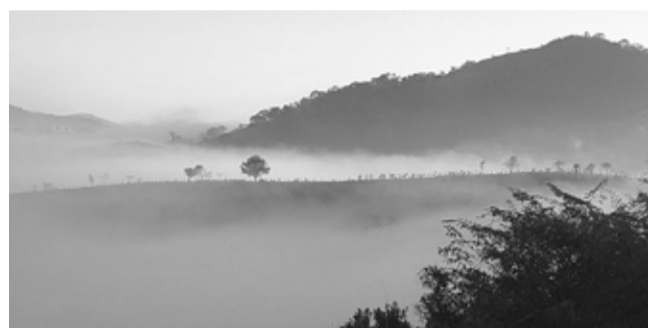
Ibracon recebe inscrições para Prêmio Transparência Universitário

ausente até novembro, a obra será iniciada por voluntários da Associação Dhamma Ghara, de São Lourenço/MG, e da Sociedade Budista do Brasil.

O website do mosteiro será recriado do zero para que as pessoas possam acompanhar o processo de construção e participar ajudando com trabalho ou a financiar a obra. As pessoas envolvidas nesse trabalho querem encorajar a doação de material em vez de dinheiro, portanto, o objetivo é especificar o que vai ser feito e qual o custo de cada item, como telhado, ferragem, azulejos, etc, para que aqueles que quiserem possam doar alguns itens específicos.

Monge Ajahn Mudito em São Lourenço

Quando Ajahn Mudito foi à Inglaterra expor o projeto do mosteiro aos monges seniores da sangha, lhe foi recomendado levar ao menos mais um monge consigo para o Brasil, para lhe fazer companhia e ajudar a resolver os problemas que se



O terreno possui 26 hectares e 3 minas d'água

apresentem. Mas Ajahn Mudito pediu permissão para ir sozinho pois não sabia quais seriam as condições de moradia, alimentação e assistência em caso de emergência. Tendo passado os últimos três meses em São Lourenço e recebido caloroso suporte da comunidade local, em especial os membros da Associação Dhamma Ghara, Ajahn Mudito agora já está confiante de que é possível trazer mais um ou dois monges para auxiliá-lo no desenvolvimento do projeto. Assim sendo, enviou notícias aos abades dos mosteiros ocidentais e a Luang Pó Liem, o líder da sangha de Wat Pah Pong, relatando os acontecimentos recen-

tes, e os convidando a enviar monges caso julguem apropriado, o que talvez ocorra, a partir de dezembro.

Mais informações em: <https://mosteiro.sociedadebudistado-brasil.org>

Sociedade Budista do Brasil

Já está em andamento a confecção de um novo estatuto social para a Sociedade Budista do Brasil (SBB), mais apropriado para administração de uma entidade onde há a participação de monges e em linha com a prática usual dos demais mosteiros da Forest Sangha. Dezembro é a data em que o estatuto atual da SBB prevê a reeleição obrigatória de toda sua diretoria.

Nova lei para entrada de estudante no cinema de São Lourenço

Seguindo a nova regulamentação, estudantes deverão apresentar documento nacional de cadastro escolar



A rede de cinema Cine A de São Lourenço, seguindo a nova lei, passará a aceitar somente a identificação estudantil (CIE) para garantir a sua meia-entrada estudantil.

Durante o segundo semestre de 2013 foram aprovadas as leis que finalmente regulam a meia-entrada no Brasil.

Este novo documento foi criado para facilitar a identificação dos estudantes, tomando como base a nova Lei

da Meia Entrada (Lei 12.933/2013).

Agora, com o Documento do Estudante, você tem um documento padronizado pela UNE, UBES e ANPG. Assim, todos os estudantes matriculados nos ensinos infantil, fundamental, médio/técnico, graduação e pós-graduação terão direito à meia-entrada.

Para solicitar a Carteirinha você vai precisar de:

Foto 3x4 recente e já digitalizada: uma cópia

escaneada ou uma foto feita pelo celular

> Documento de identificação: RG, CNH, RNE ou passaporte

> Comprovante de matrícula: uma declaração de escolaridade fornecida pela sua instituição de ensino ou um boleto de mensalidade.

E acessar o site: www.documentodoestudante.com.br e seguir o passo a passo.

Saiba mais em: www.documentodoestudante.com.br/novaleida-meiaentrada

Caxambu recebe VIII Seminário de Reservas Privadas de Minas Gerais

Durante os três dias de programação, evento irá debater a conservação da diversidade biológica

No próximo dia 19 de outubro o município de Caxambu irá sediar o 8º Seminário de Reservas Privadas de Minas Gerais. A programação com palestras e debates segue até o sábado, dia 21.

O evento é promovido pela Associação de RPPNs e Reservas Privadas de Minas Gerais (ARPEMG) e conta com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal de Caxambu. Para mais informações entre em contato através do e-mail arpemg@arpemg.com, ou pela página da ARPEMG no Facebook.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação de domínio privado, gravada com perpetuidade na matrícula do imóvel, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A criação desta unidade de conservação não afeta a titularidade

do imóvel.

As RPPN são importantes porque contribuem para a ampliação das áreas protegidas no país; apresentam índices altamente positivos para a conservação, principalmente se considerada a relação custo e benefício. São facilmente criadas, em relação às outras categorias de unidades de conservação; possibilitam a participação da iniciativa privada no esforço nacional de conservação e contribuem para a proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros.

As áreas particulares protegidas no Brasil já estavam previstas desde o Código Florestal de 1934, essas áreas permaneciam de posse e domínio do proprietário e eram inalienáveis. Em 1965, com a publicação do novo Código Florestal, as florestas protetoras deixaram que se previstas, mas ainda per-



Foto: Divulgação

maneceu a possibilidade de preservação de forma perpétua de remanescentes naturais em propriedades particulares, bastava o interessado assinar um termo perante o órgão responsável pela questão ambiental e averbar a área junto à matrícula do imóvel afetado, no registro de imóveis competente.

A estratégia de promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas privadas ganhou força e importância no contexto nacional, o

que exigiu um instrumento legal mais adequado e com uma regulamentação mais detalhada. Assim, em 1990, surgiu o Decreto nº 98.914, criando as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

Atualmente, além do governo federal, existem diversos estados e municípios, que regulamentaram a criação de RPPN, através de legislação específica, mantendo o principal objetivo das RPPN que é a conservação da diversidade biológica.

Fiscalização das charretes em São Lourenço tem início

Desde o primeiro semestre deste ano os profissionais trabalham para que os serviços sejam regularizados

Um grande atrativo turístico do município de São Lourenço é o passeio de charrete, porém, este é um trabalho delicado e que exige muita disciplina e cuidado. Desde o início do ano charreiros participam de reuniões e capacitações, viabilizadas pelo poder público municipal, para que o serviço seja realizado de maneira legal, sem prejudicar os animais, os contratantes e os moradores da cidade.

Na última quinta-feira (04), a Gerência Municipal de Trânsito e Transporte (SiTrans) junto com o Setor de Zoonoses, iniciaram a fiscalização dos charreiros na cidade. Como parte do último processo



Foto: ASCOM/Prefeitura SL

de regularização, a Carteira Municipal de Habilitação de Charreteiro (CMH) foi entregue, e a partir de agora, eles podem passar pela fiscalização qualquer dia da semana durante o período de trabalho.

Na abordagem feita pelos Agentes de Trânsito, é realizada a conferência da CMH, o número de passageiros que está sendo transportado e tam-

bém o chip eletrônico do cavalo. A Veterinária responsável pela avaliação, Thaís Nakaoka verifica as condições físicas do animal, para evitar o esforço em excesso.

Caso haja alguma irregularidade, como a falta da CMH em mãos, o condutor pode ter sua charrete apreendida e o cavalo não poderá circular, se não estiver em boas condições.

Pela Primeira vez em São Lourenço!
Curso Pioneiro de Perícia Judicial.
com o Prof. Gilson Tavares

Dias: 30 e 31 de Outubro
Local: Faculdade São Lourenço
Inscrição: 28/10 das 8h as 12h
na Faculdade São Lourenço.

Maiores Informações:
(21) 2532-7454 / (21) 2239-6195

